



Exclusão habitacional e racismo: dados brutos do Brasil

Por Maria Cecília Santos para RAÍZES

O problema habitacional no Brasil está relacionado com outros problemas sociais estruturais, como o racismo, a luta de classes e a crise climática. O direito à moradia é assegurado pela [Constituição Federal Brasileira de 1988](#) e o Estado brasileiro promove – ou melhor, tenta promover – o acesso à moradia através de diversos programas nacionais de habitação, como o Programa Minha Casa Minha Vida, para habitações nas cidades, e o Programa Nacional de Habitação Rural, para habitações no campo.

Atualmente, o déficit habitacional é muito menor que a quantidade de imóveis desocupados. Segundo dados do último Censo IBGE de 2022, a cada 100 imóveis, 13 estão vagos, totalizando 11,4 milhões de habitações sem uso. Esse número aumentou em relação a 2010, que era de 9 vazios para cada 100 habitações [1]. Uma triste realidade para os 260 mil brasileiros que vivem em situação de rua no país, em sua maioria, 70%, de pessoas pretas e pardas [2].



Os programas governamentais já mencionados atendem a uma tipologia construtiva que é padrão de mercado: fundações em concreto, tijolos cerâmicos ou de cimento, estruturas em concreto ou utilização de bloco estrutural de cimento, reboco em cimento e revestimentos cerâmicos ou porcelanatos. Além do padrão mercadológico – logo, capitalista – é preciso considerar, também, o padrão social, pois a referência de cidade e habitação que temos é colonial. Com isso, nossas referências passam a ser as referências daqueles(as) que dominam o mercado: pessoas e empresas ricas, muitas vezes do mercado europeu e norte americano, que mostram suas riquezas através das escalas construtivas, do uso de materiais importados e/ou exclusivos, do exagero e da ausência de pensar no objeto (seja uma casa ou uma cidade) como parte integrante e fundamental da vida, que está inserida na natureza.

Essa alienação promovida pelo capital oculta os benefícios de construir em consideração com o bioma que está inserido. Nesse sentido, a arquitetura com terra se apresenta como uma alternativa viável, autônoma, de baixo impacto ambiental e mais independente do mercado capitalista convencional. Sua construção pode reduzir o consumo energético e as emissões atmosféricas, maneja corretamente os recursos, promove ambientes mais confortáveis e pode chegar a uma economia de materiais e produtos de 3 a 4 vezes em relação às construções padronizadas.

Atualmente, o setor da construção é responsável por 21% das emissões globais de gases de efeito estufa, sendo uma das atividades humanas que mais impactam o meio ambiente, juntamente com os setores de energia, indústrias e transportes. Desse valor, 18% representa as emissões de CO₂ provenientes da produção de cimento e aço usados para construção ou reforma de edifícios. Em 10 anos (1999–2019) a demanda por energia nos edifícios aumentou 161%. [3]

A financeirização da moradia vem transformando a habitação em commodity e ativo financeiro, por meio de um setor corporativo que especula especialmente áreas urbanas centrais, e promove a digitalização do aluguel, em que a gestão desse serviço se torna o novo negócio [4]. Se a moradia se tornou uma mercadoria, as cidades têm se tornado um investimento, onde seus investidores especulam as áreas e as construções de acordo com a infraestrutura existente e as potencialidades locais (como presença de áreas verdes, zoneamento urbano, acessibilidade, entre outros). Além disso, a lógica capitalista é urbanizar as áreas rurais. Entretanto, considerando as várias



deficiências urbanas e, em particular, a insegurança alimentar, fica claro que precisamos fortalecer as iniciativas e vidas no campo, e não urbanizá-lo!

Devemos, portanto, lutar por uma produção ecológica e nos contrapor aos meios de produção das multinacionais capitalistas da construção urbana e rural. Os espaços que utilizam técnicas ecológicas priorizam a utilização de materiais locais e/ou de fácil acesso, reduzindo danos causados em toda a cadeia de produção desses materiais, seja pela extração, transporte ou industrialização. Além disso, fomenta a economia local e promove autonomia social advinda de uma mão de obra local (que pode ser auto organizada), e do manejo dos recursos naturais e dos resíduos.

A Baobab, Associação Internacional para Cooperação Popular, olha para a questão da habitação (na cidade e no campo) de forma integrada e promove a tecnologia – seu intercâmbio e uso – como parte do processo de democratização e popularização para um desenvolvimento social e ambiental equilibrado e equitativo. Para isso, a participação e cooperação popular é essencial para encontrar as respostas que vão atender às necessidades econômicas, culturais, sociais e ambientais dos povos, promovendo o fortalecimento das comunidades urbanas ou rurais para alcançar o desenvolvimento almejado e transformar seus espaços em lugares de bem viver.

Todos esses processos nos levam a entender que é na contramão do capitalismo e apoiado por tecnologias sustentáveis, que vamos encontrar soluções para nossas necessidades comuns, que afetam a maioria dos povos do Sul Global (direito à moradia, soberania alimentar e acessos a saúde, educação e segurança): com a produção de habitações bioconstrutivas e agroecológicas, com o trabalho mútuo e coletivo, com discussões aprofundadas juntamente com as comunidades e com a cooperação intracomunitária.

Referências:

[1] AGÊNCIA PÚBLICA. Censo 2022: Brasil tem 11 milhões de casas e apartamentos vagos: Número de casas vazias é o dobro do déficit habitacional no Brasil. Carta Capital, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/censo-2022-brasil-tem-11-milhoes-de-casas-e-apartamentos-vagos/>

[2] TV SENADO. 2024. Mais de 260 mil pessoas vivem em situação de rua no Brasil. Reportagem on-line, 2024. Disponível em:



<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania-1/2024/03/mais-de-260-mil-pessoas-vivem-em-situacao-de-rua-brasil>

[3] IPCC. 2023. Summary for Policymakers. In: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34, DOI: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001. Disponível em:

https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport_PO.pdf

[4] ROLNIK, Raquel. 2022. O setor corporativo está transformando a moradia em uma mercadoria. Instituto Humanitas Unisinos. Entrevista, 2022. Disponível em:

<https://ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/618009-o-setor-corporativo-esta-transformando-a-moradia-em-uma-mercadoria-entrevista-com-raquel-rolnik>